

MERCADOS

Bolsa sobe, mas cautela no exterior e antes da eleição predomina

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) entra no último trimestre do ano em alta, rompendo a faixa dos 187 mil pontos, em linha com o desempenho das bolsas norte-americanas e amparado pelo avanço das ações da Petrobras, destaque positivo em dia de valorização do petróleo. Os investidores estenderam o bom humor da véspera para novos reposicionamentos na renda variável no penúltimo pregão antes da eleição, mas sem deixar de lado a cautela.

No fim do dia, o Índice Bovespa (Ibovespa) subiu 0,46%, aos 187 197,46 pontos, depois de tocar a máxima de 187. 436,73 pontos no início da sessão e uma mínima de 184. 767,78 pontos no começo da tarde.

Ao longo da etapa final, o Ibovespa voltou a ganhar tração com a alta, principalmente, da Petrobras. O petróleo Brent, referência para a estatal, voltou para o nível acima dos US\$ 100 o barril (US\$ 102,31), ganho de 4,37%. O giro financeiro do dia foi de R\$ 26 bilhões e, no ano, o Ibovespa já sobe 16,2%.

Embora a alta do petróleo represente um cenário favorável à Petrobras, o ambiente internacional reforça a cautela

dos investidores, já que uma commodity mais cara é potencialmente inflacionária para o mundo todo - endossando uma política monetária mais austera nos países desenvolvidos e gerando dúvidas sobre a trajetória da Selic.

DÓLAR

Alinhado à onda global de fortalecimento da moeda norte-americana, em dia de aumento dos temores inflacionários com a nova arrancada do petróleo, o dólar subiu com força no mercado local e voltou a fechar acima da linha de R\$ 5,20. O real, que costuma apanhar mais em episódios de aversão ao risco, sofreu ontem, menos que seus principais pares entre as divisas emergentes.

A avaliação entre analistas ouvidos Com máxima de R\$ 5,2374, no início da tarde, o dólar à vista terminou o primeiro pregão de outubro em alta de 0,88%, a R\$ 5,2204. Pares do real, como peso mexicano, peso chileno e rand sul-africano, recuaram entre 1,20% e 1,70%. No ano, a moeda brasileira tem um dos melhores desempenhos entre as principais divisas emergentes, atrás apenas do won sul-coreano e do peso colombiano, única moeda com ganhos de dois dígitos em 2026.

BC VERSUS MASTER

PF marca depoimentos de Galípolo, Campos Neto e André Esteves

AGUIRRE TALENTO/AE

A Polícia Federal marcou para a semana que vem os depoimentos do atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, do ex-presidente do BC Roberto Campos Neto e do dono do BTG Pactual, André Esteves, sobre fatos envolvendo o Banco Master e Daniel Vorcaro.

Eles serão ouvidos dentro do inquérito que apura suspeitas de cooptação de dois servidores do BC por Vorcaro. Como revelou o Estadão, a PF decidiu ouvi-los na condição de testemunhas após eles terem sido mencionados no depoimento de um desses investigados, o ex-diretor Paulo Sérgio Souza.

A programação da PF é que cada um seja ouvido em um dia da semana. Seus advogados, porém, ainda podem tentar pedir adiamento. O primeiro interrogatório previsto é o de André Esteves, na segunda-feira. Na terça, será a vez de Gabriel Galípolo. Na quarta-feira, a previsão é ouvir Roberto Campos Neto.

Por último, a PF também pretende colher um terceiro depoimento do diretor de Fiscalização do BC Ailton de Aquino, que ficou marcado para a próxima quinta-feira. A logística dos depoimentos ainda está sendo organizada.

No depoimento que prestou ao longo do inquérito, o ex-diretor Paulo Sérgio havia citado a existência de reuniões com Galípolo, Campos Neto e

Esteves para tratar do Banco Master. O BTG foi mencionado porque chegou a avaliar a compra do banco.

Paulo Sérgio negou ter recebido propina de Vorcaro em troca de repassar informações sigilosas ao dono do Master e afirmou que Galípolo resistiu a enviar uma comunicação de crime ao Ministério Público Federal sobre as suspeitas envolvendo a venda do Master ao Banco Regional de Brasília (BRB).

"Relata que comunicou ao diretor Ailton a necessidade de fazer a comunicação ao Ministério Público, e que a comunicação estava pronta", contou à PF.

Paulo Sérgio relatou duas reuniões com Galípolo para tratar do assunto. Segundo o servidor, na primeira reunião, ele comunicou que o Banco Master já tinha deixado de recolher todo o compulsório (reserva obrigatória que fica depositada no próprio BC) e seria necessário liquidá-lo ou encontrar uma solução de mercado com o BTG Pactual.

"Naquela primeira reunião, o diretor Galípolo pediu um voto de confiança para a solução do BRB, por volta do final de fevereiro ou início de março; que, na segunda reunião, no final de junho, o diretor Galípolo afirmou que não faria comunicação ao Ministério Público por gestão temerária, pois a informação que havia recebido internamente era de que havia fraude na carteira", afirmou.

GOVERNO LULA

Mei tem nova modalidade de renegociação de dívidas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal ampliou as opções para microempreendedores individuais (MEIs) renegociarem dívidas e prorrogou até 29 de janeiro de 2027 o prazo de adesão ao Desenrola MEI.

A partir desta quinta-feira, começa também uma nova modalidade para débitos de até cinco salários mínimos, atualmente equivalentes a R\$ 8.105. Outra negociação será aberta para dívidas de MEIs com autarquias e fundações públicas federais.

As medidas foram anunciadas em conjunto pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelo Ministério do Empreendedorismo (MEMP) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). As condições variam conforme o valor, a origem e o tipo da dívida.

VEJA AS OPÇÕES

Para facilitar a escolha da modalidade, as principais alternativas são:

- Desenrola MEI Pequeno Valor: para dívidas de até R\$ 8.105, com entrada de 5%, desconto de 50% sobre o saldo e pagamento em até 55 meses.
- Desenrola MEI: para dívidas de até R\$ 20 mil inscritas na Dívida Ativa da União, com possibilidade de redução de até 100% de juros, multas e encargos legais.
- Negociação da PGF: para débitos de até R\$ 8.105 com au-

tarquias e fundações públicas federais, com desconto de 50% e parcelamento em até 60 meses.

- Transação geral da PGFN: para pessoas físicas e empresas com dívidas de até R\$ 45 milhões, com condições prioritárias para MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte.

PEQUENO VALOR

A nova modalidade do Desenrola MEI Pequeno Valor começa em 1º de outubro. Podem participar microempreendedores com débitos de até cinco salários mínimos, ou R\$ 8.105.

- As condições previstas são:
- Entrada: 5% do valor da dívida, sem desconto;
 - Desconto: 50% sobre o saldo restante;
 - Parcelamento: até 55 meses.

Segundo o governo, a dívida média dos MEIs é de aproximadamente R\$ 3 mil. Com o limite de R\$ 8.105, a modalidade pode alcançar grande parte dos mais de 3 milhões de microempreendedores que estão endividados.

O material divulgado pelo governo informa prazo de adesão até 31 de janeiro de 2027 para essa modalidade específica.

DESENROLA MEI

Já o Desenrola MEI, destinado a dívidas de até R\$ 20 mil inscritas na Dívida Ativa da União, teve o prazo de adesão prorrogado até 30 de setembro de 2026 para 29 de janeiro de 2027.

- A modalidade permite:
- redução de até 100% dos ju-

- ros, multas e encargos legais;
- manutenção integral do valor principal da dívida;
- desconto limitado a 70% do valor total devido.

DÍVIDAS FEDERAIS

Uma nova modalidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF) será destinada a MEIs com dívidas de até R\$ 8.105 com autarquias e fundações públicas federais.

Entre os órgãos abrangidos estão ANTT, DNIT, Incra, Anatel, ANP, FNDE e ICMBio. A negociação inclui débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 28 de setembro de 2025.

A adesão poderá ser feita de 16 de outubro de 2026 a 31 de março de 2027. Nessa modalidade, está previsto desconto de 50% sobre o valor consolidado da dívida, incluindo principal, juros, multas e encargos, com pagamento em até 60 meses.

TRANSAÇÃO DA PGFN

Os MEIs também poderão utilizar a transação geral da PGFN, que teve o prazo prorrogado até 29 de janeiro de 2027.

A modalidade é aberta a pessoas físicas e jurídicas com dívidas de até R\$ 45 milhões. Para os MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte, há condições prioritárias.

Podem ser negociados débitos inscritos em dívida ativa até 3 de março de 2026 ou, no caso da categoria de pequeno valor,

até 1º de junho de 2025. Para os MEIs, o desconto pode chegar a 100% sobre juros, multas e encargos legais, sem reduzir o valor principal. A redução, porém, está limitada a 70% do total da dívida.

Para o público geral e empresas maiores, o desconto máximo é de 65% do valor total devido.

COMO NEGOCIAR

A regularização dos débitos pode ser feita pelo portal Regularize, da PGFN. O procedimento envolve:

1. Acessar: entrar no Regularize com o número do CNPJ.
2. Consultar: selecionar a opção para consultar as dívidas inscritas.
3. Simular: acessar a área de negociação para verificar descontos e parcelas disponíveis.
4. Confirmar: aceitar a proposta, emitir o boleto da primeira parcela e efetuar o pagamento para validar o acordo.

NÚMEROS

O Brasil tem 17,56 milhões de MEIs ativos, dos quais mais de 3 milhões estão em situação de dívida.

Até 24 de setembro, o Desenrola MEI havia registrado:

- 411 mil: número de acordos realizados;
- R\$ 1,26 bilhão: valor das dívidas antes dos descontos;
- R\$ 757,25 milhões: valor a ser pago após os descontos;
- R\$ 106,63 milhões: valor já recuperado pela União.

RECURSOS

BB negocia R\$ 40 bilhões no âmbito do Novo Desenrola Brasil

ANDRÉ MARINHO/AE

O Banco do Brasil informou ontem, que renegociou R\$ 40 bilhões desde o início do Novo Desenrola Brasil. A cifra considera as quatro frentes do programa (Famílias, Empresas, Fies e Rural), além de repactuações feitas pelos canais próprios do BB para os demais clientes.

No Desenrola Famílias, o banco federal negociou R\$ 4,5 bilhões em débitos de 496 mil clientes. Para o restante do público pessoa física, fora do programa, foram renegociados mais R\$

10 bilhões de 794 mil usuários.

Em pessoa jurídica, o BB atendeu 48 mil empresas com o Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas (Procred). Neste caso, foram R\$ 6,2 bilhões em desembolsos viabilizados.

Já o Desenrola Fies negociou R\$ 3,7 bilhões de 61,4 mil estudantes. No caso do Desenrola Rural, a cifra alcançou R\$ 216,1 milhões distribuídos entre 11,7

mil produtores.

O BB também desembolsou mais de R\$ 14,2 bilhões em desembolsos de operações de crédito consignado para 301 mil beneficiários do INSS e servidores públicos, com base nas atualizações das novas condições previstas na MP 1.355.

O Novo Desenrola Brasil é parte de um pacote do governo para lidar com a piora no endividamento das famílias o País.

TERCEIRA FASE

Na semana passada, o governo anunciou a terceira fase do

programa, em que a União com-prará carteiras de dívidas de instituições financeiras e outros credores, com desconto mínimo de 90%, para depois oferecer condições diretamente aos devedores.

Questionado sobre o Desenrola 3.0, o BB disse aguardar a publicação e a vigências dos atos normativos para viabilizar a sua participação na iniciativa.

Reforçou, ainda, o compromisso com a oferta responsável de crédito, "alinhada às suas políticas internas, e o apoio aos clientes na gestão sustentável de suas finanças".

PAGAMENTOS

Pix por aproximação deixa de ter limite máximo de R\$ 500 por transação

MARIANNA GUALTER/AE

O Pix por aproximação deixa de ter, a partir desta quinta-feira, limite de R\$ 500 por transação. A medida foi anunciada pelo Banco Central em junho.

O Pix por aproximação permite a realização de pagamentos aproximando o celular da maquininha de pagamentos, sem a necessidade de digitar a chave do destinatário ou ler um

QR Code As transferências por aproximação podem ser iniciadas dentro ou fora dos aplicativos das instituições, usando, nesse caso, as carteiras digitais.

"Ao permitir que o usuário ajuste o limite do Pix por aproximação dentro dos canais da sua instituição, a nova regra torna a experiência mais aderente às necessidades do dia a dia, sem perder de vista os mecanismos de segurança já incorporados ao

ecossistema do Pix", afirmou o chefe adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem) do BC, Breno Lobo, na época em que a medida foi anunciada.

Na ocasião, o BC afirmou, em nota, que a mudança torna o Pix por aproximação ainda mais parecido com a experiência já conhecida por quem usa chave ou QR Code. "Com a retirada do li-

mite específico, os usuários poderão fazer transações de valor mais elevado, respeitados os limites definidos pelo usuário, por meio do Pix por aproximação, que é uma experiência com menos fricção do que as demais formas de iniciação", disse a autoridade monetária.

Embora o limite específico da modalidade deixe de valer, ela segue submetida aos limites gerais do Pix.

ALÉM DA COTA

Carne brasileira pagará tarifa de 67% para entrar na China

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A carne bovina brasileira pagará uma tarifa total de 67% para entrar no mercado chinês a partir desta quinta-feira. Uma cobrança adicional de 55% se somará à tarifa regular de 12%, uma vez que o Brasil esgotou a cota anual de exportações estipulada pelo país asiático.

A medida preocupa frigoríficos e pecuaristas, que já avaliam antecipar abates e embarques para aproveitar a cota de 2027.

O Brasil atingiu o limite de 1,106 milhão de toneladas previsto para 2026. Para o próximo ano, a cota sobe para 1,128 milhão de toneladas, mas representantes do setor estimam que o novo limite possa ser alcançado em março ou abril de 2027.

IMPACTO IMEDIATO

O país asiático é o principal destino da carne bovina brasileira e ganhou espaço significativo nas exportações do setor na

última década.

De 2016 a 2025, o Brasil enviou 8,2 milhões de toneladas de carne bovina à China, movimentando US\$ 42,3 bilhões. O volume saltou de 164,9 mil toneladas, em 2016, para 1,6 milhão de toneladas, em 2025.

A concentração das vendas no mercado chinês aumenta a preocupação do setor com os efeitos da sobretaxa sobre o fluxo de caixa dos frigoríficos.

ESTRATÉGIA PARA 2027

Diante da perspectiva de esgotamento rápido da próxima cota, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) discute a possibilidade de que as empresas antecipem a produção e os embarques:

- abates podem ser realizados ainda em outubro;
- embarques estão previstos para novembro;
- a viagem marítima entre os dois países leva de 40 a 45 dias;
- a expectativa é que a carne

chegue à China em janeiro de 2027.

A estratégia permitiria utilizar a cota do próximo ano logo no início de sua vigência. O ritmo das compras chinesas, porém, também será determinante para os negócios.

PRESSÃO

Segundo a Abiec, os efeitos da restrição começaram antes do esgotamento oficial da cota. Nos últimos meses, frigoríficos distribuíram os embarques ao longo do ano e evitar que poucas empresas concentrem o volume disponível.

Na terça-feira (29), a China autorizou mais duas unidades brasileiras a exportar carne bovina: uma de Minas Gerais e outra de Pernambuco.

PROTECIONISMO CHINÊS

A China adotou o sistema de cotas como medida de proteção ao mercado interno diante do aumento das importações. A sobretaxa não é exclusiva ao Brasil e afeta outros fornecedores.

O mercado chinês enfrenta ainda um cenário de preços mais baixos da carne bovina e aumento da oferta doméstica. As importações chinesas do produto cresceram de menos de 1,5 milhão de toneladas, em 2018, para cerca de 2,8 milhões de toneladas nos anos recentes.

O Brasil passou a responder por mais de 40% do volume importado pela China.

A mudança ocorre em um momento de maior atenção do setor brasileiro às condições de acesso ao mercado chinês. A Abiec estima que as exportações totais de carne bovina do Brasil em 2026 recuem cerca de 10% em relação a 2025, num cenário que também inclui restrições adotadas pela União Europeia.

Petrobras aumenta preço do querosene de aviação em 11,8%

DENISE LUNA/AE

A Petrobras informou que elevou o querosene de aviação em 11,8% a partir desta quinta-feira, resultando em um acréscimo de R\$ 0,66 por litro em relação ao mês anterior.

"O reajuste anunciado reflete a elevação das cotações internacionais do querosene de aviação, ocasionado pelo recrudescimento das tensões geopolíticas no Oriente Médio", explicou a estatal em nota. A Petrobras reajusta mensalmente o combustível por meio de uma fórmula paramétrica contratual

que funciona como amortecedor de curto prazo, resultando em reajustes mais moderados que os praticados internacionalmente. Segundo a companhia, os volumes de QAV solicitados pelas distribuidoras para o mês de outubro estão confirmados, "mantendo assim a garantia de abastecimento nos polos de atendimento". A Petrobras destacou ainda que, nos principais mercados internacionais, os preços do QAV para companhias aéreas são ajustados com frequência, chegando até a reajustes diários, refletindo imediatamente as condições de mercado.

RECURSOS

Liberação de R\$ 1,88 bi beneficia ministérios das Cidades e da Saúde

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os ministérios das Cidades e da Saúde foram as pastas beneficiadas pela liberação de R\$ 1,88 bilhão do Orçamento de 2026, anunciou na quarta-feira o Ministério do Planejamento e Orçamento.

A pasta das Cidades teve R\$ 1,46 bilhão liberados. Para a Saúde, o descongelamento ficou em R\$ 41,9 milhões.

Os novos limites de gastos constam do decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União, com os novos valores detalhados dos bloqueios e contingenciamento por ministérios e por órgãos. Pela legislação, o decreto sai seis dias após o envio ao Congresso Nacional do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Segundo o decreto, dos R\$ 1,881 bilhões liberados no último dia 24, R\$ 1,507 bilhões virão do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 461,2 milhões de emendas parlamentares.

No entanto, os demais Poderes – Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública da União – tiveram R\$ 86,2 milhões contingenciados.

Os ministérios e demais ór-

gãos federais têm até 7 de outubro para detalhar os programas que terão mais recursos.

A última edição do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas reduziu de R\$ 17,937 bilhões para R\$ 16,056 bilhões o volume bloqueado no Orçamento de 2026.

EMENDAS

Mesmo caso a liberação de recursos, continuam congelados R\$ 3,304 bilhões em emendas parlamentares de bancada, recursos indicados por deputados e senadores para obras e projetos nos estados.

Nesse caso, será aplicada a Lei Complementar 210/2024, aprovada para regulamentar a execução das emendas parlamentares e ampliar a transparência desses recursos.

Pela lei complementar, as emendas são bloqueadas ou desbloqueadas até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias, para cumprir as metas fiscais. No entanto, o Congresso poderá definir as prioridades quando houver necessidade de bloqueio ou contingenciamento, indicando quais programações terão os recursos preservados e quais serão afetadas pelos cortes, dentro dos limites definidos pelo governo.

FASEAMENTO

Além dos bloqueios, o governo está utilizando o chamado faseamento de empenho. O mecanismo não corta recursos, mas limita temporariamente a velocidade com que os órgãos podem assumir novos compromissos financeiros.

A medida funciona como um controle de fluxo de caixa. Se a arrecadação ficar abaixo do esperado, o governo evita empenhar (autorizar o gasto de) recursos antes de confirmar a entrada das receitas.

A restrição de empenho está prevista em R\$ 24,058 bilhões até novembro. O valor sujeito a esse controle cai para zero em dezembro.

Ao somar o total congelado (contingenciado e bloqueado) apenas para o Poder Executivo, a restrição chega a R\$ 40,028 bilhões até novembro, antes de cair para R\$ 15.969 bilhões em dezembro.

TIPOS DE DESPESA

O arcabouço fiscal em vigor divide os recursos congelados em dois tipos: o contingenciamento e o bloqueio.

As duas medidas restringem a execução de despesas, mas são acionadas por razões diferentes:

Bloqueio: ocorre quando há aumento ou risco de aumento

das despesas obrigatórias e é necessário respeitar o limite de gastos do arcabouço fiscal.

Contingenciamento: é adotado quando a estimativa de receitas cai e é necessário preservar o cumprimento da meta de resultado primário.

Os dois podem ocorrer simultaneamente, como aconteceu no quarto bimestre de 2026.

No caso atual, a redução do bloqueio foi parcialmente compensada pelo novo contingenciamento, mantendo em R\$ 16,1 bilhões o total de despesas sob contenção.

Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê resultado primário zero (nem déficit, nem superávit), com uma margem de tolerância de até R\$ 31 bilhões para mais ou para menos.

Neste ano, o governo federal não contingenciou o Orçamento, porque prevê déficit primário (economia de recursos para pagar os juros da dívida pública) de R\$ 13,6 bilhões, se excluídos precatórios e alguns gastos com saúde, educação e defesa. Se incluir os gastos fora do marco fiscal, o resultado ficará negativo em R\$ 80,9 bilhões.

Para 2026, o marco fiscal limita o crescimento das despesas a 2,5% acima da inflação do ano anterior.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 196/2027

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 196/2027** no dia **15/10/2026 às 11h**. **Objeto:** Aquisição de **Selante Cirúrgico Sintético**. Processo nº 33409.009049/2026-31. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A
CNPJ/MF nº 28.944.734/0001-48 – NIRE nº 33.300.016.678

EDITAL

Fábrica Carioca de Catalisadores S/A, com sede à Rua Nelson da Silva, nº 663, Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 23.565-160, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33300016678, inscrita sob o nº de CNPJ: 28.944.734/0001-48 pelo processo nº 2026/00788308-8, de 17/07/2026, SEI: 220005/002767/2026, deferido por Decisão Singular de 18/08/2026, arquivado como "Documento de Armazéns Gerais" sob o nº 00007974994, de 18/08/2026, requer Carta de Matricula de Armazém Geral para a unidade armazenadora localizada na Rua Nelson da Silva, nº 663, Parte, Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 23.565-906, NIRE 33901982480, inscrita sob o nº de CNPJ: 28.944.734/0004-90, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, c/c art. 1º da IN/DREI nº 52, de 29/07/2022, razão pela qual faz saber o Regulamento Interno, o Memorial Descritivo das características da(s) unidade(s) armazenadora(s) e as Tarifas Remuneratórias, conforme cópias que a este acompanham. **Paola Domingues Jacob** - Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, Id. Funcional nº 4371995-3. Documento assinado eletronicamente por Paola Domingues Jacob, Presidente, em 26/08/2026, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022 e no art. 4º do Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 139344310 e o código CRC C9E1C963. **Referência:** Processo nº SEI-220005/002767/2026 SEI nº 139344310. Av. Rio Branco 10, 2º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-000 Telefone: 2334-5463. Registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº SEI220005/002767/2026.

Ambipar Environment Water Solutions Açú S.A.
CNPJ/MF nº 17.671.018/0001-18 – NIRE 33.300.318.682

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em Segunda Convocação, em 5 de outubro de 2026

Nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), os abaixo assinados, na qualidade de membros do Conselho de Administração da **Ambipar Environment Water Solutions Açú S.A. ("Companhia")**, com fundamento no art. 19 do Estatuto Social e na **Cláusula 5.2** do Acordo de Acionistas celebrado em 16/08/2024, conforme aditado, arquivado na sede da Companhia ("**Acordo de Acionistas**"), tendo em vista a não instalação da Assembleia Geral Extraordinária em 1ª (primeira) convocação, no dia 29/09/2026, às 8h00, por ausência do quórum exigido pelo art. 19, § 3º, do Estatuto Social e pela **Cláusula 5.2.3** do Acordo de Acionistas, conforme termo lavrado naquela data, convocam os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**"), em modalidade semipresencial, em 2ª (segunda) convocação, no dia 05/10/2026, às 16h30, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São João da Barra/RJ, no Distrito Industrial, na Fazenda Saco Dantas, s/n, Estação Açú, sala SJB Pessoas e Comunidade, hipótese em que a AGE instalar-se-á com qualquer quórum, nos termos do art. 19, § 3º, do Estatuto Social e da **Cláusula 5.2.3** do Acordo de Acionistas, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia**, idêntica à constante do edital expedido em 18/09/2026 e publicado no "Diário do Acionista", nas edições de 19, 22 e 23/09/2026: i. constatação e registro da mora, de pleno direito, da acionista Environmental ESG Participações S.A. ("**Ambipar**") quanto à integralização do valor de R\$ 6.066.667,00 (seis milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais), acrescido da correção monetária pela variação positiva do IPCA, nos termos do respectivo boletim de subscrição, correspondente à 2ª (segunda) parcela do preço de emissão das 8.544.601 (oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, seiscentas e uma) ações ordinárias por ela subscritas em 16/08/2024, vencida em 16/08/2025 e não paga até a presente data, nos termos do art. 106, § 2º, da LSA; ii. suspensão, nos termos do art. 120 da LSA, do exercício dos direitos da Ambipar inerentes às 8.544.601 (oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, seiscentas e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais foram subscritas e não totalmente integralizadas pela Ambipar, enquanto perdurar a mora referida no item "(i)" acima, não se computando tais ações para fins de apuração dos quóruns de instalação e de deliberação; e iii. autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. **Participação Remota:** Nos termos do art. 19, § 2º, do Estatuto Social e da **Cláusula 5.2.2** do Acordo de Acionistas, qualquer acionista poderá participar da AGE remotamente, por videoconferência ou equipamento similar de comunicação, equiparando-se tal participação à presença física. O acesso dar-se-á pelo endereço eletrônico e senha a serem enviados aos endereços indicados na **Cláusula 15.6** do Acordo de Acionistas, independentemente de solicitação prévia. A assinatura da ata e do livro de presença poderá ser física ou eletrônica, desde que, neste último caso, certificada por entidade credenciada da ICP-Brasil ou realizada por meio de e-CPF, na forma do art. 19, § 2º, do Estatuto Social. **Representação:** Nos termos do art. 126 da LSA, para participar da AGE, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) os atos societários que comprovem a representação legal; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano a procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Com relação à participação por meio de procurador, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Solicita-se, para agilizar os trabalhos, que a documentação seja encaminhada com 2 (dois) dias úteis de antecedência à Companhia, aos cuidados da Sra. Roberta Ferreira, e-mail roberta.ferreira@portodoacu.com.br, sem que isso constitua condição de participação, admitida a sua apresentação na abertura dos trabalhos. **Documentação de Suporte:** Nos termos do art. 19 do Estatuto Social e da **Cláusula 5.2** do Acordo de Acionistas, acompanham este edital, encaminhado aos acionistas na forma da **Cláusula 15.6** do Acordo de Acionistas, cópias: (i) do edital de convocação expedido em 18/09/2026 e das respectivas publicações no jornal "Diário do Acionista"; (ii) do termo de não instalação da AGE em primeira convocação, lavrado em 29/09/2026; (iii) da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 16/08/2024, que aprovou o aumento de capital da Companhia; (iv) do boletim de subscrição de 16/08/2024, firmado pelos representantes legais da Ambipar; (v) da ata da Reunião do Conselho de Administração de 05/12/2025; e (vi) da solicitação de convocação formulada pela acionista Porto do Açú Operações S.A., documentos que permanecem à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São João da Barra/RJ, 29/09/2026. **Vinicius Patel Ventura da Silva** – Membro do Conselho de Administração; **João Paulo Araújo Braz** – Membro do Conselho de Administração (30/09, 01 e 02/10/2026)

ENERGIA

ONS lista cerca de 380 pontos de conexão à rede para baterias

RENAN MONTEIRO/AE

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou uma lista de aproximadamente 380 pontos físicos de conexão na rede de transmissão elétrica. Do total, 85% apresentam capacidade remanescente para novos sistemas de armazenamento de baterias nos Leilões de Reserva de Capacidade que ainda serão realizados

Os dados estão em nota técnica divulgada em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Esses pontos físicos, passíveis de conexão à rede, são chama-

dos de "barramentos". As duas maiores unidades com "sobra" para conexão de baterias estão em Minas Gerais: Arinos 2 e Janaúba 3, que somam atualmente 5,8 gigawatts (GW) em disponibilidade. Do total de 380, aproximadamente, apenas 15% não dispõem de capacidade remanescente para nova conexão.

Como o Grupo Estado informou, o primeiro leilão de baterias para armazenamento no Brasil está atraindo grandes organizações do setor de energia. Petrobras, Axia, Engie, Taesa e Isa Brasil são algumas das centenas de companhias que cadastraram projetos para o leilão.

A recarga dos Sistemas de Armazenamento de Energia em

Baterias (BESS, na sigla em inglês) poderá ser feita, em até 88%, por eletricidade que hoje está sendo desperdiçada pelos elevados cortes de geração. O levantamento é da Volt Robotics, em trabalho desenvolvido para a Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (Absae).

Na referência da Análise de Impacto Regulatório da Aneel, o custo efetivo do BESS fica entre 63% e 83% menor que o do último Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP). Além disso, o uso de baterias pode reduzir algumas parcelas de encargos pagas pelos consumidores, inclusive os chamados encargos de restrição

da operação.

O leilão inédito de baterias está previsto para dezembro deste ano. No Encontro do Armazenamento 2030, realizado pela Absae na semana passada, foi destacado que o país precisará agregar cerca de 7 GW em sistemas de armazenamento nos próximos 10 anos para suprir as necessidades de potência. O dado é do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035.

Em junho, o MME publicou portaria que fixa as regras iniciais para a inédita contratação de sistemas de baterias, que irão contribuir para a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN). Na prática, serão dois leilões, nos dias 2 e 4 de dezembro.

DATAFOLHA

Tarcísio tem 50% das intenções de voto e Haddad, 33%

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem 50% das intenções de voto no primeiro turno da eleição em São Paulo, de acordo com pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira 1º. Fernando Haddad (PT) marcou 33%

Brancos e nulos são 7% e indecisos, 3%. Carlos Machado (PCB), Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP) marcaram 2% cada. Izadora Dias (PCO) tem 1%. Os dados são da pesquisa estimulada, quando a lista com os candidatos é apresentada aos eleitores.

Na rodada anterior, em 24 de setembro, Tarcísio tinha os mesmos 50%, enquanto Had-

dad havia marcado 30%.

Nos votos válidos, cálculo que exclui os indecisos, brancos e nulos, o atual governador seria reeleito já no próximo domingo, com 56% dos votos contra 37% do petista.

Ainda de acordo com o Datafolha, em um eventual segundo turno, Tarcísio venceria Haddad por 55% a 38%, com 1% de indecisos e 6% de brancos e nulos.

O Datafolha entrevistou 1.610 pessoas entre os dias 28 e 30 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa, contratada pela Folha de S. Paulo e pelo grupo Globo, foi registrada no TSE sob o número SP-01367/2026.

Nota

HOMEM DE 21 ANOS É ENCONTRADO MORTO EM BANHEIRA DE MOTEL NA ZONA OESTE DE S.P.

Um homem de 21 anos foi encontrado morto dentro da banheiro de uma suíte do Motel Apple, na Avenida Marquês de São Vicente, na Barra Funda, zona oeste de São Paulo. A Polícia Civil investiga o caso como morte suspeita no 7º Distrito Policial (Lapa). A ocorrência foi registrada por volta da 0h20 desta quinta-feira. O acompanhante da vítima, um homem de 39 anos, acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) depois de encontrá-la desacordada na banheiro. A morte foi constatada pela equipe médica ainda no local. Segundo o relato prestado à polícia, ele havia se afastado por alguns minutos e, ao retornar, encontrou a vítima na água. O homem foi encaminhado à delegacia para prestar esclarecimentos e liberado na condição de investigado. De acordo com a PM, não havia sinais de violência no corpo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Série da 36ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 36ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Pulverizados*. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reúnem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de outubro de 2026, às 15:30, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 28 de outubro de 2026, às 15:30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2026; as quais foram emitidas sem ressalvas e opinião modificada, nos termos do art. 25, Inciso I da Resolução CVM 60. Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agentefiduciario@vortexx.com.br, vgli@vortexx.com.br e mm@vortexx.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "AGO – CRI SOCICAM (36)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 30 de setembro de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 120ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA) EMISSÃO, EM 4 (QUATRO) SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários do Agronegócio, em Quatro Séries, da 120ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Direitos Creditórios devidos pela MS Incorporadora S/A*. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reúnem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de outubro de 2026, às 14:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 28 de outubro de 2026, às 14:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2026; Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agentefiduciario@vortexx.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Melchiorretto (120)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 30 de setembro de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna Diretor de Securitização

DOENÇA

GABRIEL DAMASCENO/AE

O Estado de São Paulo registrou três novos casos de sarampo nesta semana e, com isso, soma 40 registros da doença em 2026, de acordo com o governo estadual.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), todas as novas detecções aconteceram na capital. Elas ocorreram em dois homens, de 18 e 21 anos, e em uma criança de 1 ano.

Dos 40 pacientes confirmados, 30 não tinham histórico de vacinação ou apresentavam esquema incompleto. "Entre os três pacientes incluídos nesta atualização, o homem de 21 anos e a menina de 1 ano têm uma dose registrada; o homem de 18 anos não tem registro de vacinação", cita a pasta, em nota.

ENEL

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem, a pauta da reunião pública da próxima terça-feira, com previsão de debate sobre o processo de eventual recomendação de caducidade da Enel Distribuição São Paulo (Enel SP). A discussão ocorrerá após um longo trâmite processual e análises de recursos da empresa.

Na quarta-feira passada, a Enel São Paulo disse, em nota, que seguirá demonstrando "em todas as instâncias" os investimentos realizados e o alegado cumprimento "integral" das obrigações do contrato de concessão. Na terça-feira, 29, a diretoria da Aneel negou novamente o pedido de produção de prova pericial no âmbito do processo que avalia possível caducidade

"Do total registrado, são 36 casos na capital paulista, dois casos em São Bernardo do Campo, um caso em Guarulhos e um em Santo André. Os casos na capital paulista são registrados em regiões com fluxo migratório e populosas", acrescenta a SES-SP.

Segundo a pasta, os novos registros estão vinculados a cadeias de transmissão identificadas e acompanhadas desde junho, e o monitoramento indica uma tendência de redução da transmissão.

IMPORTÂNCIA

A secretaria reforça que a imunização é a principal forma de prevenção contra a doença e que a vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde dos 645 municípios paulistas

De abril a julho, a cobertura da primeira dose do imunizante passou de 86,56% para 93,24%. A da segunda dose passou de 72,72% para 78,37% no mesmo período.

Quem deve se vacinar?

- Bebês
- Aos 12 meses: primeira dose da vacina contra o sarampo.
- Aos 15 meses: segunda dose da vacina contra o sarampo.
- Pessoas de 15 meses a 29 anos Devem ter duas doses registradas da vacina, com intervalo mínimo de 30 dias entre elas.

Pessoas de 30 a 59 anos

- Devem ter pelo menos uma dose registrada na caderneta.
- Trabalhadores da saúde
- Devem ter duas doses da vacina, independentemente da idade.
- Dose zero para bebês

A SES destaca que cerca de 60% dos casos ocorreram em crianças menores de 2 anos, que são mais vulneráveis ao vírus. A concentração de casos nas crianças pequenas reforça a importância da dose zero nos municípios onde ela é recomendada (São Paulo, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Santo André).

"A dose zero protege os bebês, mas não substitui a vacinação de rotina. Igualmente importante é que todo adulto confira sua caderneta de vacinação e procure uma unidade de saúde para atualização", orienta Tatiana Lang D'Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo (CVE-SP), no comunicado.

"Esta é uma medida simples que protege o adulto vacinado e bebês ainda não elegíveis para todas as doses de rotina", acrescenta.

contratual da concessionária.

O colegiado já havia negado tal solicitação e, após a apresentação de recurso, negou o pedido pela segunda vez. "Tendo em vista a inexistência no País de regulamentação específica para a atuação em eventos climáticos, a empresa busca uma avaliação técnica especializada e isenta sobre as divergências apontadas", disse a empresa.

A Aneel ressaltou que o ponto central da discussão não é a existência ou a severidade do fenômeno climático, mas a preparação, a resposta operacional e a capacidade de recomposição da concessionária diante de possível evento severo

Decisão final cabe ao presidente, que pode engavetar processo.

Embora o serviço de energia

seja prestado nos municípios, o governo federal é o responsável pelo contrato e só ele pode rescindir a concessão. Antes disso, é necessário o aval da Aneel

Mesmo que a agência oriente a caducidade, a eventual rescisão pode levar meses e, até mesmo, nunca ocorrer. Isso porque a decisão cabe ao Ministério de Minas e Energia e à Presidência da República. Não há prazo para a análise da recomendação.

O Brasil nunca teve a caducidade de uma concessão de distribuição de energia. A Aneel já recomendou duas rescisões, ambas por dificuldades financeiras das empresas, mas as orientações não foram seguidas pelo governo federal. O mesmo pode vir a se repetir no caso da Enel.

"Eventual recomendação ao ministério ocorre em primeira

instância. Ocorre uma análise técnica e jurídica na pasta. E ainda cabe recurso", explicou o diretor da Aneel Gentil Nogueira de Sá Júnior em entrevista ao Estadão.

Gentil foi o responsável pelo voto que instaurou o processo de caducidade contra a distribuidora em abril.

Durante o apagão de dezembro de 2025, o ministério, o governo estadual e a Prefeitura da capital se uniram a favor do rompimento de contrato. Nos últimos anos, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) chegou a afirmar que era preciso "varrer a Enel" de São Paulo e disse que a empresa tinha "má vontade". Já o prefeito Ricardo Nunes (MDB) pediu ao "governo federal que tire esta empresa daqui e traga uma empresa boa".

SENADO

Marina tem 16%, Prado e Tebet, 15%, e Derrite, 14%

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, aponta um empate quadruplo na disputa pelas duas vagas ao Senado por São Paulo. Marina Silva (Rede) tem 16% das intenções de voto, seguida de André do Prado (PL) e Simone Tebet (PSB), com 15% cada, e de Guilherme Derrite (PP), com 14%. A margem de erro é de dois pontos percentuais. São 12% de indecisos e outros 12% que responderam que votarão em branco, nulo ou em ninguém. Na rodada anterior da pesquisa, divulgada no dia 24, Marina tinha 15%, Tebet, 14%, e Prado e Derrite, 12%. Mesmo tendo anunciado a desistência da corrida para apoiar os candidatos do PL e do PP, Salles (Novo) registrou 2% - ele tinha 4% anteriormente. Formalmente, ele ainda consta como candidato apto na Justiça Eleitoral e por isso foi mantido na pesquisa.

Marcio Alves (UP), Soninha Francine (Cidadania), Maira de Souza (UP) e Guto Schiavetto (Missão) também marcaram 2% cada. Dra. Eliana Ferreira (PSTU), William Teixeira (Agir) e Ednelson Cesaretti (PCO) têm 1% cada. Petter Maahs (PCB) e Weller Gonçalves (PSTU) não pontuaram.

INVESTIGAÇÃO

TRE suspende porte de arma de 'deputado violento'

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) suspendeu o porte de arma do deputado estadual e candidato à reeleição Alexandre Knoploch (PL) até 5 de outubro, após o primeiro turno das eleições. A decisão foi tomada após uma discussão envolvendo o parlamentar e integrantes da campanha à reeleição do deputado estadual Flávio Serafini (PSOL). Alexandre Knoploch também deverá entregar à Polícia Federal, no prazo de 24 horas após ser notificado, todas as armas de fogo registradas no nome dele. Além disso, o TRE-RJ autorizou a abertura de inquérito poli-

cial, que deverá ser supervisionado pelo tribunal, com prazo inicial de 30 dias para a conclusão. O deputado também está proibido de acessar ou frequentar o comitê de campanha do deputado estadual Flávio Serafini (PSOL) até o dia 5 de outubro. Knoploch também está proibido de manter contato, por qualquer meio, diretamente ou por intermédio de outra pessoa, inclusive pelas redes sociais, com Serafini e Maria de Lourdes do Carmo, conhecida como Maria dos Camelôs, candidata a segunda suplente de senadora pelo Psol. A restrição também vale para integrantes das campanhas dos candidatos.

A decisão não impede, no entanto, que Knoploch frequente as dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para garantir o exercício do mandato parlamentar.

ENTENDA

Na segunda-feira, Knoploch fazia propaganda eleitoral na Praça Saens Peña, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, quando se envolveu em uma discussão com integrantes da campanha de Serafini. Segundo a notícia-crime e a petição apresentada pela Procuradoria Regional Eleitoral, houve uma discussão, com provocações de ambos os lados.

Ainda segundo os documentos apresentados à Justiça Eleitoral, Knoploch retirou do bolso um recipiente de spray de pimenta e o disparou contra pessoas que estavam na calçada, entre elas idosos. Em seguida, teria ameaçado os presentes e exibido uma arma de fogo que carregava sob a camiseta. A polícia foi acionada. Procurado pela reportagem, Knoploch afirmou que já havia se manifestado sobre o episódio nas redes sociais. Em um vídeo publicado na internet, o deputado disse que entregou as armas à Polícia Federal e que cumprirá a determinação de manter distância do comitê do PSOL.

Nota

ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ASSISTIRAM AO JOGO DA NFL, NO MARACANÃ

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro levou 2.500 estudantes e 500 profissionais da rede carioca de ensino para assistir ao NFL Rio Game 2026, partida do campeonato de futebol americano que foi realizada no domingo passado, no Maracanã. A maioria dos alunos convidados é estudante dos Ginásios Educacionais Olímpicos (GEOs) da cidade. Os GEOs são escolas de tempo integral vocacionadas para o esporte, que

integram a formação acadêmica à prática esportiva, com foco no desenvolvimento do aluno-atleta-cidadão. A iniciativa foi uma oportunidade para os estudantes conhecerem uma nova modalidade esportiva e vivenciarem uma experiência diferente, ampliando seus horizontes e o contato com outras práticas esportivas. Para garantir a participação dos alunos, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou transporte e lanche aos convidados. – Foi a primeira vez da NFL no Rio, e nossos alunos estavam lá, vivendo de perto (e pela primeira vez!) esse momento que entrou para história do esporte na cidade.

ESPECIAL

Novas regras do seguro rural ampliam proteção ao produtor e mudam relação com o crédito

POR REDAÇÃO

O seguro rural brasileiro passa a operar sob novas regras a partir desta quarta-feira (30), após a publicação da Lei nº 15.526/2026, que modifica o marco legal do setor e estabelece mudanças na cobertura, no pagamento de indenizações e na relação entre as apólices e o crédito rural. A medida busca ampliar a proteção financeira dos produtores diante de perdas provocadas por eventos climáticos, pragas e doenças e dar mais previsibilidade ao funcionamento do seguro no país. Uma das mudanças estabelece prazos para a regulação e liquidação dos sinistros. Nos casos em que não seja necessário aguardar a colheita, o corte ou a liberação da área para vistoria, a seguradora terá até 15 dias, contados a partir da comunicação feita pelo produtor, para regular o sinistro. Já a liquidação deverá ocorrer em até 30 dias após a entrega da documentação exigida ou da vistoria presencial, quando necessária. A nova legislação também determina que o seguro contratado pelo produtor passe a integrar o conjunto de garantias das operações de crédito rural. A instituição financeira poderá ser definida como primeira beneficiária da indenização em caso de sinistro, além de receber, por cessão fiduciária, direitos decorrentes da apólice. A mudança aproxima dois instrumentos usados para financiar e administrar os riscos da produção agropecuária. O impacto pode alcançar um mercado de crédito que movimentava centenas de bilhões de reais. O Plano Safra 2026/2027 destinou R\$ 525,1 bilhões à agricultura

empresarial, sendo R\$ 72,6 bilhões para médios produtores enquadrados no Pronamp e R\$ 452,5 bilhões para os demais produtores e cooperativas.

Proteção contra riscos climáticos

A ampliação dos mecanismos de seguro ocorre em um momento de atenção aos impactos do clima sobre a produção. Segundo a Embrapa, seca, granizo e geadas, juntos, estão associados a mais de 95% dos episódios que levam ao acionamento de programas de seguro rural. O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), utilizado como referência para políticas de crédito e seguro, atualmente abrange mais de 50 culturas no país. “Essa é uma questão que não é mais excepcional e veio para ficar. Precisamos de planejamento”, afirmou o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, ao tratar, neste mês, da preparação do setor para eventos climáticos. O grupo de trabalho criado pelo Ministério da Agricultura para enfrentar os efeitos do El Niño colocou entre as prioridades o fortalecimento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

O PSR reduz parte do custo da contratação porque o governo paga uma parcela do prêmio do seguro. No Plano Trienal 2025-2027, o limite máximo de subvenção é de R\$ 60 mil por beneficiário para cada grupo de atividades, respeitado o teto total de R\$ 120 mil por ano. A nova lei também torna obrigatórias, dentro do limite previsto na proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso, as despesas destinadas à subvenção. Esses recursos não poderão ser submetidos à limitação de empenho e movimentação financeira. A legislação prevê ainda que produtores com operações de crédito protegidas por seguro possam receber benefícios, como condições diferenciadas de juros, prazos e limites, prioridade de acesso ao crédito e financiamento do próprio prêmio do seguro. As mudanças ocorrem enquanto o governo discute uma política de gestão de riscos que combina seguro, crédito, monitoramento climático e tecnologias de produção. Para o produtor, o objetivo desses instrumentos é reduzir o impacto financeiro quando eventos fora de seu controle comprometem a safra e, consequentemente, sua capacidade de pagamento e de investimento no ciclo seguinte.

ELZA FIÚZA/ABRASIL



HIGIENE PESSOAL

Anvisa aprova regularização de cosméticos artesanais

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes produzidos de maneira artesanal no país. Os itens não precisam de regularização junto à Anvisa, mas devem seguir regras e limites específicos. A atuação regulatória sobre o tema se fez necessária após a sanção da Lei 15.154, em julho de 2025, que estabelece isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênera, quando produzidos de maneira artesanal. Em nota, a Anvisa informou que, em agosto do ano passado, deu início à regularização. “Todo o processo, que inclui duas consultas públicas com ampla participação de diversos segmentos da sociedade, buscou alinhar a simplificação burocrática à segurança sanitária”, informou a agência. REGRAS PARA O SETOR A instrução normativa

aprovada apresenta um lista de grupos de produtos que podem ser produzidos e comercializados artesanalmente: artigos de perfumaria com base alcoólica, odorizantes de ambiente, produtos sólidos para banho e/ou imersão, sabonetes sólidos para o corpo, xampus e condicionadores sólidos, óleos e manteigas corporais e desodorante axilar em barra. A resolução aprovada pela diretoria colegiada da Anvisa regulamenta requisitos técnico-sanitários e procedimentos simplificados para a produção e a comercialização dos produtos. Entre outros pontos, a norma define boas práticas de fabricação (BPF) simplificadas por meio de regras básicas de higiene e controle para garantir a segurança, prevê a rotulagem obrigatória e estipula prazo de validade máximo de até 12 meses a partir da fabricação. A regulação determina ainda que sejam utilizadas alegações simples, puramente sensoriais ou funcionais básicas (limpeza, hidratação e perfumação), sem apelos terapêuticos ou exigência de testes complexos de eficácia.

MEIO AMBIENTE

Pesquisa encontra resíduos de plástico em tartarugas no Rio

VITOR ABDALA/ABRASIL

Estudo feito com tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*) no estado do Rio de Janeiro constatou que a espécie compartilha os mesmos tipos de bactérias encontradas nos resíduos de plástico no ambiente. A pesquisa foi feita pelo professor Filipe Berbeti e orientada pelo coordenador Henrique Fragoso dos Santos, do Laboratório de Microbiologia Ambiental e Microbiotecnologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Também participaram pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do projeto Aruanã, que se dedica à conservação das tartarugas-marinhas da Baía de Guanabara. Berbeti analisou os microorganismos que vivem no corpo das tartarugas, na praia de Itaipu, em Niterói (RJ), e comparou com as bactérias encontradas nos pedaços de plástico, na água do mar e nas algas da região. A pesquisa concluiu que as bactérias das tartarugas eram mais semelhantes àsquelas encontradas no plástico do que as recolhidas das algas (que servem de alimento para os animais) e da água (onde os quelônios vivem a maior parte do tempo). “Era esperado que a microbiota da tartaruga parecesse mais com a microbiota do próprio alimento dela [a alga]. É o que diz a literatura. Mas quando comparamos os tipos de bactérias, vimos que lembravam mais as dos plásticos. Foi um primeiro indício de que, provavelmente, a conectividade entre tartaruga e plástico está muito mais próxima do que a gente achava”, destacou o pesquisador. O resultado indica que a ingestão de plástico e o contato desse material com as tartarugas-verdes podem representar uma importante fonte de ex-

posição dos animais a micróbios. “Hoje em dia, a gente já sabe que o plástico causa vários problemas. Seja poluição visual, animais se alimentando do material ou presos neles. A interação da microbiota e do plástico, quando ingerido, a gente ainda não sabia muito”, afirma Berbeti. Entre os gêneros de bactéria encontrados tanto no plástico quanto nas tartarugas, estão *Vibrio*, *Pseudomonas*, *Bacillus*, *Staphylococcus*, *Streptococcus*, *Chryseobacterium* e *Clostridium*. Esses grupos de microorganismos incluem espécies que provocam doenças tanto em animais quanto em seres humanos. Apesar disso, não foram feitas análises para associar essas bactérias a doenças nas tartarugas-verdes. Tampouco foi feita a identificação mais aprofundada para identificar a espécie e confirmar se algumas delas seriam patogênicas. “É difícil chegar à identificação da espécie quando falamos da avaliação de microbioma. Pegamos uma parte do DNA para amplificar e tentar descobrir o organismo. Só conseguimos chegar até o nível de classificação para gênero. Então, não podemos afirmar com certeza que aquela espécie ali estava causando uma patogenicidade”, afirmou Berbeti. Segundo o estudo, os resíduos plásticos podem representar uma fonte potencial de micróbios associados à relevância patogênica. As tartarugas-verdes, por sua vez, podem servir como potenciais dispersores de bactérias marinhas, conectando ambientes contaminados com áreas remotas através de sua migração natural. A pesquisa envolveu cinco tartarugas coletadas pelo projeto Aruanã. Os resultados foram publicados na revista Environmental Pollution, em agosto deste ano.

PROPAGANDA

MPE pede que Flávio seja multado por omissão de site

LÓREN SOUZA/AE

O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu a aplicação de multa ao candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) em razão de propaganda eleitoral irregular veiculada em site não informado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Pela omissão, o MPE solicita uma multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil ao político. A assessoria de Flávio foi procurada, mas o Estadão não obteve resposta.

De acordo com a manifestação do MPE, o candidato informou 47 canais oficiais de campanha na internet ao TSE em dois momentos. Entretanto, foi identificada a existência de um site, utilizado para veicular propaganda eleitoral, que não consta nesta lista.

Ainda segundo o MPE, no dia 24 de setembro, o site "Senadores de direita" apresentava foto do senador, nome do seu vice, Alfredo Gaspar (PL-AL), e seu número de urna. Além disso, apresentava o número do CNPJ da candidatura de Flávio Bolsonaro e a indica-

ção escrita de que se tratava de propaganda eleitoral custeada pela própria campanha. Nesta quinta-feira, as mesmas informações continuam a constar no site.

O MPE argumenta que o regimento atual estabelece que endereços criados ao longo do curso da campanha devem ser comunicados à Justiça Eleitoral no prazo de até 24 horas após sua criação. Os canais existentes previamente devem ser comunicados no Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DPAP) ou no Requerimento de Registro de Candidatura (RCC).

O MPE considera a situação "grave" e defende que a propaganda realizada na internet deve seguir as determinações estabelecidas em prol da igualdade entre candidatos. "A disciplina da propaganda a ser realizada pela internet busca assegurar o equilíbrio de oportunidades entre os candidatos, conferindo transparência, rastreabilidade e segurança aos conteúdos veiculados nas campanhas", alega.

MINAS GERAIS

Cleitinho tem 49% dos votos válidos; Patrus soma 20%; e Kalil 13%

DANIEL TOZZI
E GEOVANI BUCCI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra que o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) tem chance de ser eleito governador de Minas Gerais em primeiro turno. Nos votos válidos, ele aparece com os mesmos 49% da semana passada. Considerando a margem de erro de três pontos percentuais, ele varia de 46% a 52%.

Na mesma conta de válidos, Patrus tem 20% (de 18% na semana anterior); Kalil, 13% (de 11%); Roscoe, 5% (de 6%); Simões, 5% (de 6%); Azevedo, 3% (de 4%). Ben manteve os 2%, Túlio foi de 2% para 1% e Duda, Xavier e Áreas têm os mesmos 1%.

Nos votos totais, Cleitinho tem 40%, o mesmo percentual de uma semana atrás. Em segundo lugar, o deputado federal Patrus Ananias (PT) oscilou de 15% para 16%. Na sequência, o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT) passou de 9% para 11%. Flávio Roscoe (PL) foi de 5% para 4% e Mateus

Simões (PSD) também variou de 5% para 4%. Gabriel Azevedo (MDB) somou 2%, de 3% antes.

Ben Mendes (Missão), Professor Túlio Lopes (PCB), Henrique Áreas (PCO), Indira Xavier (UP) e Rafael Duda (PSTU) têm 1% cada. Brancos e nulos se mantêm em 9%. Indecisos passaram de 10% para 8%.

O Datafolha ouviu presencialmente 1.204 eleitores de 16 anos ou mais entre os dias 28 de setembro e 1º de outubro, período que abarcou o debate estadual da TV Globo, realizado na terça-feira, 29. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi registrada na Justiça Eleitoral sob o número MG-09729/2026.

2º TURNO

Em eventual segundo turno entre Cleitinho e Kalil, o senador tem 56% dos votos totais contra 27% do ex-prefeito de Belo Horizonte Quando o oponente é Patrus Ananias, Cleitinho tem 60% e o petista 24%.

GOLPISTA DE OLHO

Donald Trump diz acompanhar de perto eleição brasileira

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira que acompanha "muito de perto" as eleições brasileiras, que ocorrem daqui a três dias, em 1º turno. A declaração foi dada em resposta à pergunta de uma jornalista, na saída da Casa Branca, antes do presidente norte-americano embarcar em uma aeronave para o Texas.

"Estou acompanhando (as eleições) muito de perto. O Brasil é um país muito importante. É um grande país. As pessoas no Brasil são fantásticas. É uma eleição muito importante", disse Trump, sem citar nomes ou de-

claração de apoio a nenhum concorrente, como já fez recentemente em outras eleições presidenciais, como a da Colômbia. A fala do líder estadunidense ocorre em meio a tensões recentes entre os governos brasileiro e norte-americano e a preocupações no Brasil sobre possível interferência estrangeira no processo eleitoral.

Em setembro, relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apontou risco de influência ou interferência dos Estados Unidos nas eleições de 2026. No documento, a inteligência brasileira classifica a possibilidade de interferência externa com um "nível de criticidade" e contextualiza o problema.

PESQUISA

GEOVANI BUCCI
E DANIEL TOZZI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 48% das intenções de voto em uma simulação de segundo turno da eleição presidencial, enquanto o senador Flávio Bolsonaro (PL) registra 45%, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem.

Os dois estão tecnicamente empatados, considerando a margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Em relação ao levantamento de 24 de setembro, Lula oscilou de 47% para 48%, enquanto Flávio manteve 45%. A distância numérica passou de dois para três pontos percentuais. Brancos, nulos e nenhum somam 6%, e os indecisos representam 1%.

Contra o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD), Lula tem 48%, ante 46% na rodada anterior. Caiado passou de 44% para 42%. Brancos, nulos e nenhum mantiveram 9%, e os indecisos permaneceram em 1%.

Na simulação contra o ex-governador de Minas Gerais Ro-



RICARDO STUCKERT/PR

meu Zema (Novo), Lula passou de 48% para 49%, enquanto Zema oscilou de 39% para 40%. Brancos, nulos e nenhum passaram de 11% para 9%, e os indecisos, de 1% para 2%.

Diante do presidente do Misão, Renan Santos, Lula manteve 48%, enquanto o adversário permaneceu com 39%. Brancos,

nulos e nenhum passaram de 12% para 10%, e os indecisos mantiveram 2%.

Contra o escritor Augusto Cury (Avante), Lula oscilou de 46% para 47%, enquanto Cury passou de 43% para 42%. Brancos, nulos e nenhum permaneceram em 9%, e os indecisos passaram de 1% para 2%

O levantamento ouviu 2.506 pessoas de 16 anos ou mais entre 29 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08039/2026.

78% dos eleitores se dizem totalmente decididos sobre voto para presidente

DANIEL TOZZI
E GEOVANI BUCCI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra que 78% dos eleitores do País se dizem totalmente decididos sobre a escolha do candidato a presidente. Ou-

tros 19% afirmam que ainda podem mudar a escolha.

Entre eleitores do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) essa certeza do voto é de 88%, contra 85% entre eleitores do senador Flávio Bolsonaro (PL).

A pesquisa mostrou Lula com

42% das intenções de voto no primeiro turno, contra 38% do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. No segundo turno, o petista tem 48% e o senador 45%, empate técnico.

O Datafolha ouviu 2.506 pessoas de 16 anos ou mais entre 28

e 30 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08039/2026.

Globo cancela debate presidencial após decisões judiciais e ausência de candidatos

A TV Globo cancelou o debate entre os candidatos à Presidência da República após decisões judiciais dos ministros Estela Aranha e Gilmar Mendes mudarem as regras estabelecidas e os

candidatos Lula e Flávio Bolsonaro decidirem não participar.

Em nota, a emissora manifestou discordância com interferência nas regras acordadas. Ao longo da noite, duas decisões

mudaram o que estava estabelecido. A ministra Estela Aranha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que a emissora não poderia exibir o púlpito vazio de Lula, após o candidato

do PT cancelar sua participação. Mais tarde, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), obrigou a emissora a chamar o candidato do Misão, Renan Santos.

KÁSSIO ADIOU POSSE

Cristiano Zanin toma posse como ministro substituto do TSE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin (**foto**) tomou posse ontem, como ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Zanin tinha sido eleito pelo Plenário do STF para um novo mandato no dia 3 de setembro; entretanto, o presidente da Corte, Kassio Nunes Marques, marcou a posse apenas para ontem.

A demora na determinação da data da posse ocorre em meio à crise que envolve o STF e é protagonizada por André Mendonça e Alexandre de Moraes, além do próprio Nunes Marques.

Zanin foi eleito como substituto pela primeira vez em agosto de 2024 e agora segue para seu segundo mandato. Antes de tomar posse pela segunda vez, a vaga estava vazia. Além dele, na mesma cerimônia, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva tomou posse como corregedor-geral da Justiça Eleitoral, após ser escolhido em votação reali-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

zada na última terça-feira.

O cargo de ministro substituto do TSE segue as proporções dos titulares. Dessa forma, para os três membros do STF que compõem a Corte Eleitoral, há outros três, também do STF, como suplentes. Os interinos assu-

mem em casos de impedimento ou de ausência.

Além de Zanin, Gilmar Mendes e Flávio Dino também são substitutos. Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli são os ministros titulares.

Para compor o TSE, há tam-

bém dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que também elege substitutos com mandatos de dois anos. A Corte é completada com dois juristas representantes da advocacia, que também têm ministros substitutos.

AGU MANDA INVESTIGAR

Jornal: EUA financiaram ação contra STF com US\$ 1 milhão

GABRIEL MÁXIMO
E LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ontem, uma notícia-crime à Polícia Federal (PF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) em que pede uma investigação sobre um suposto financiamento de ações contra o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo dos Es-

tados Unidos. A solicitação se baseia em reportagem publicada na quarta-feira passada, pelo jornal britânico The Guardian. Segundo a reportagem, o Departamento de Estado norte-americano teria destinado US\$ 1 milhão do Fundo de Direitos Humanos e Democracia para um programa chamado "Combate ao Lawfare e à Censura no Brasil", voltado à financiar grupos que consideram haver abu-

so de poder e censura por parte do STF. Em seu pedido de investigação, a AGU argumenta que a "ordem constitucional brasileira se alicerça nos fundamentos da soberania, da independência e da não intervenção". Diz ainda que a própria Carta Magna e a Lei dos Partidos Políticos proíbe o "financiamento ou subordinação de agremiação política por entidade ou gover-

nos estrangeiros". O órgão menciona ainda que a revelação se torna ainda mais grave diante das eleições brasileiras e dos recentes casos de "pressão externa sobre as instituições" do País. Diante disso, a AGU pede imediata apuração dos fatos, com a identificação e punição dos responsáveis e dos destinatários dos recursos no Brasil.

PERDEU, MANÉ

Fachin rejeita pedido de Flávio para afastar Dino de processos

GUSTAVO CÔRTEZ
E CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, rejeitou pedido da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para afastar o ministro Flávio Dino (**foto**) das ações que lhe envolvem no âmbito da Corte.

A petição do parlamentar, que é candidato à Presidência, também requisitava que o ministro não atuasse em processos de interesse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Flávio alegava que Dino é suspeito por, segundo ele, ter ligação com o petista, de quem foi ministro da Justiça.

Na última segunda-feira, Lula ligou para o ministro enquanto estava em agenda pública em Belém. O ato marcava a assinatura de um projeto de lei de autoria de Dino que prevê regras para avaliar a qualidade de serviços de saúde prestados pela iniciativa privada.

Dino apresentou o projeto após uma tragédia familiar que sofreu em 2012. O filho dele, de 13 anos, morreu após ser internado por uma crise de asma em Brasília, e o ministro



ROVENA ROSA/ABRASIL

e a ex-esposa denunciaram mau atendimento. No ano passado, o ministro e a ex-esposa ganharam um processo na Justiça, que determinou uma indenização de R\$ 1,2 milhão.

A chamada dele com Lula, no entanto, não ocorreu porque a ligação caiu antes que pudes-

sem conversar.

Atualmente, Dino é relator de ações em trâmite no STF com o potencial impacto sobre ambos os presidenciáveis. As principais são a investigação sobre a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Flávio arrecadou recursos

para a obra com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, acusado de fraude de R\$ 12 bilhões contra o sistema financeiro nacional.

Dino também tem sob sua relatoria um dos três inquéritos que apuram suposto tráfico de influência do filho mais velho de Lula, Fábio Luis da Silva.

CONCILIAÇÃO

STF envia para conciliação ações sobre reajuste de plano de saúde por idade

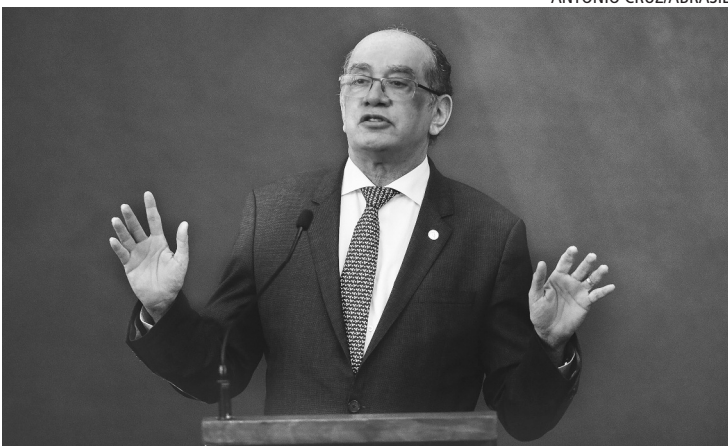
LAVÍNIA KAUCZ
E GABRIEL MÁXIMO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, para tentativa de conciliação, o julgamento de ação que discute a aplicação temporal do Estatuto do Idoso aos planos de saúde. O caso será remetido ao Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) por sugestão do relator, Dias Toffoli. O prazo inicial será de 60 dias para o núcleo apresentar uma proposta para a modulação de efeitos da decisão, após ouvir o setor e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre possíveis impactos financeiros.

O Estatuto do Idoso, em vigor desde 2004, proíbe o reajuste das mensalidades devido ao ingresso na faixa etária de 60 anos. A discussão é se essa restrição se aplica aos contratos assinados antes da entrada em vigor da lei, ou somente aos contratos firmados após 2004.

A Corte havia retomado ontem, o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 90, proposta pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). A entidade pede que o Supremo declare a validade do Estatuto do Idoso esclarecendo que a norma não se aplica aos contratos anteriores à sua vigência.

A discussão pendente diz respeito ao ressarcimento dos se-



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

gurados caso o Supremo entenda que o Estatuto do Idoso deve retroagir. A CNseg estima um impacto de até R\$49 bilhões para as seguradoras no pior dos cenários, caso precisem devolver valores cobrados no passado.

"Há vários impactos que precisamos saber. Há propostas de modulação, e eu mesmo poderia adaptar meu voto", afirmou Toffoli

Plenário se divide sobre retroatividade

Todos os 10 ministros já votaram em relação ao mérito e o placar está em 5 a 5 sobre a retroatividade do Estatuto do Idoso.

O relator, ministro Dias Toffoli, reconheceu a constitucionalidade da lei que impede o reajuste do plano por idade, mas afirmou que ela não pode incidir

retroativamente em contratos que tenham sido celebrados antes da lei. Seu voto foi seguido por André Mendonça, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Kássio Nunes Marques.

"A cobrança diferenciada de valores em razão da idade não é discriminatória. Para esses contratos, é possível alteração de valores segundo critérios etários. Por outro lado, evidentemente, não se suprime o exame caso a caso dos reajustes com vistas a coibir os que se mostrem abusivos por outros motivos", afirmou Fux na sessão de quarta-feira.

Já o ministro Flávio Dino defendeu que o Estatuto do Idoso se aplica aos contratos firmados antes da vigência da lei, desde que a pessoa tenha completado 60 anos após 2004. Essa corrente

foi seguida pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Edson Fachin. Dino propôs, ainda, que os efeitos da decisão se restrinjam ao futuro. Nesse caso, as operadoras não serão obrigadas a fazer ressarcimento de valores.

"Não é possível congelar a situação da pessoa e impedir que haja essa proteção às pessoas que vão chegando à condição de idoso", defendeu Moraes. "O contrato foi firmado à luz da Legislação pretérita, mas a condição etária de 60 anos somente vem sendo implementada sob vigência da lei mais protetiva", afirmou.

O ministro Gilmar Mendes também defendeu que a regra que protege os idosos do reajuste pode retroagir, mas com outra condição: os contratos devem ter sido renovados após a lei.

DECISÕES

No ano passado, ao julgar outra ação sobre o mesmo tema, a Corte formou maioria de sete a dois a favor da retroatividade da lei. O resultado é diferente porque contou com votos de ministros que hoje estão aposentados. Na ocasião, o julgamento foi suspenso para proclamação em conjunto com a ADC 90. No momento da proclamação, os ministros deverão chegar a um resultado que contemple os dois processos.

STF

Fachin defende democracia e livre escolha dos eleitores

ANDRÉ RICHTER/ ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, defendeu ontem o respeito ao voto dos eleitores e a paz nas eleições do próximo domingo.

Em nota à imprensa, Fachin reafirmou compromisso com a democracia e a liberdade de escolha dos eleitores "em ambiente de paz". "O voto é a expressão máxi-

ma da cidadania e a garantia de que a vontade popular define o futuro do Brasil", afirmou.

O presidente também defendeu o trabalho da Justiça Eleitoral e disse que a democracia deve ser fortalecida por todos.

"Convocamos os mais de 158 milhões de eleitoras e eleitores a exercer o direito ao voto com serenidade, consciência e confiança nas instituições", completou.

PERNAMBUCO

Em empate técnico, Raquel tem 46% dos votos e João soma 44%

GEOVANI BUCCI
E DANIEL TOZZI/AE

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), tem 46% das intenções de voto, seguida pelo ex-prefeito do Recife João Campos (PSB), com 44%, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. Os dois estão tecnicamente empatados, considerando a margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Em relação ao levantamento de 24 de setembro, Raquel oscilou dois pontos para baixo, de 48% para 46%, enquanto Campos manteve 44%. A distância numérica entre os dois passou de quatro para dois pontos percentuais.

Ivan Moraes (PSOL) oscilou de 1% para 2%, enquanto Renan Hallais (Missão) manteve 1%. Professora Camila (UP) passou de 1% para 0% Victor Assis (PCO) e Guilherme Fonseca (PSTU) permaneceram com 0%. Brancos, nulos e nenhum somam 4%, mesmo patamar da pesquisa anterior, e os indecisos passaram de 2% para 3%.

Nos votos válidos, que excluem brancos, nulos e indeci-

sos, Raquel tem 50%, ante 51% na rodada anterior. Campos passou de 46% para 47%.

A diferença numérica caiu de cinco para três pontos percentuais, também dentro do intervalo de empate técnico. Para vencer no primeiro turno, é necessário obter mais da metade dos votos válidos.

Nesse recorte, Ivan Moraes passou de 1% para 2%, Renan Hallais manteve 1% e Professora Camila oscilou de 1% para 0%.

Na simulação de segundo turno, Raquel tem 50% e Campos, 46%, também em empate técnico. Na pesquisa anterior, os dois registravam 51% e 45%, respectivamente.

A vantagem numérica da governadora passou de seis para quatro pontos percentuais. Brancos, nulos e nenhum mantiveram 3%, e os indecisos permaneceram em 1%.

O levantamento entrevistou 1.204 pessoas entre 28 de setembro e 1.º de outubro. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob o número PE-06822/2026.

COMISSÃO DE ELEIÇÃO

PRF, TREs e forças de segurança atuarão em conjunto nas eleições

IARA BALDUINO/ABRASIL

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) vai trabalhar de forma conjunta com os tribunais regionais eleitorais (TREs), forças de segurança e instituições públicas para garantir o livre deslocamento dos eleitores até os pontos de votação, manter a segurança e evitar imprevistos a quem vai votar no próximo domingo no primeiro turno das eleições.

Segundo a PRF, foi montada uma comissão de eleição para planejar as atuações locais de acordo com as características de cada região. Todas as ocorrências criminais serão monitoradas pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), na sede da PRF em Brasília.

ORIENTAÇÕES

A PRF orienta os eleitores a planejar as atuações locais de acordo com as características de cada região. Todas as ocorrências criminais serão monitoradas pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), na sede da PRF em Brasília.

Tanto no dia 4 quanto no dia 25, se houver segundo turno, haverá restrições de tráfego para veículos grandes, que tenham largura maior que 2,40 metros, altura maior que 4,40 metros e comprimento

total maior que 19,80 metros. A medida tem o intuito de evitar congestionamentos.

Os bloqueios de rodovias só poderão ocorrer de forma excepcional:

- com autorização prévia da Justiça Eleitoral;
- justificativa para a medida e
- indicação de rotas alternativas.

As abordagens de veículos também ficam restritas a situações que representem risco concreto e iminente à vida ou à integridade das pessoas.

O objetivo é evitar que ocorram bloqueios ilegais como nas eleições de 2022, quando a PRF fez operações para fiscalização de ônibus no Nordeste.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, as ações foram direcionadas a locais onde o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva estava na frente nas pesquisas, e tinha a intenção de impedir os eleitores de chegarem aos locais de votação.

O diretor-geral da PRF na época, Silvanee Vasques, foi condenado pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STF) a 24 anos e 6 meses de prisão por participação na trama golpista.

VIOLÊNCIA

No Peru, manifestantes confrontam polícia contra pacote de Keiko

Integrantes de vários sindicatos entraram em confronto com a polícia na quarta-feira, na capital peruana durante um protesto de pequeno porte contra um pacote de leis solicitado pelo governo da presidente Keiko Fujimori. O Executivo pede ao Congresso autorização para legislar por 120 dias em dezenas de áreas, com medidas voltadas ao combate ao crime, ao enfrentamento do El Niño e a iniciativas econômicas. Esta foi a primeira manifestação contra Fujimori em Lima desde o início do governo, embora em agosto tenham ocorrido paralisações regionais em Loreto e Ucayali, com críticas especialmente ao aumento dos preços dos combustíveis. O governo pediu ao Parlamento poderes para legislar por 120 dias em mais de 60 temas e aprovar medidas tributárias, trabalhistas, penitenciárias, migratórias e econômicas, com o argumento de promover emprego, pequenas empresas, investimentos e desenvolvimento produtivo. Sindicatos, porém, dizem ver no pacote pontos que podem enfraquecer direitos trabalhistas. Luis Solís, dirigente do sindicato de trabalhadores do Ministério de Transportes e Comunicações, afirmou à *Associated Press* que o governo tenta introduzir medidas para eliminar limites para taxas de

juros bancárias, reduzir direitos de trabalhadores jovens e enfraquecer garantias trabalhistas. Entre os manifestantes havia representantes de setores como o têxtil e o da construção civil. Na terça-feira, Fujimori declarou na região de Ica que o pedido de poderes legislativos é "importante" porque o governo precisa responder ao El Niño - já evidente no norte do país, com chuvas constantes - e também enfrentar uma onda de criminalidade persistente. Até o momento, a Câmara dos Deputados ainda não aprovou a solicitação do Executivo. Em agosto, o governo Fujimori decretou estado de exceção por 60 dias em Lima e no porto de Callao para combater o crime. No início de setembro, o Peru aderiu ao "Escudo das Américas", iniciativa liderada pelos Estados Unidos contra o crime transnacional. Fujimori assumiu em julho prometendo impor ordem em um país atingido por extorsões e homicídios. Segundo dados oficiais, denúncias de extorsão passaram de 2.421 em 2019 para 26.734 em 2025. Fonte: Associated Press. *Conteúdo traduzido com auxílio de Inteligência Artificial, revisado e editado pela Redação do *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo.

PENA DE MORTE

Tennessee suspende execuções após mulher sobreviver

O governador do Tennessee, Bill Lee, anunciou, na madrugada desta quinta-feira, a suspensão de todas as execuções no estado até o final do ano. A decisão vem após a Christa Gail Pike, condenada à morte em 1996, sobreviver à injeção letal por pentobarbital horas antes, na noite de quarta-feira. Lee anunciou uma auditoria externa para "determinar exatamente o que aconteceu". Além da execução de Christa, outra estava programada para ser realizada em 2026. "Cumprir uma sentença legalmente imposta está entre as responsabilidades mais sérias do Estado, e o povo do Tennessee espera que isso seja feito de uma maneira que seja não apenas legal e constitucional, mas também eficaz",

disse o governador. O protocolo de execução do Estado prevê a administração de uma segunda dose de drogas por meio de seringas, "caso o detento não esteja morto", após a primeira dose. O documento não especifica o que deve ser feito caso o indivíduo continue vivo após a segunda dose. Esta é a segunda vez neste ano que o Tennessee não consegue realizar uma execução. Em maio, autoridades estaduais cancelaram a execução por injeção letal de Tony Caruthers, condenado pelo sequestro e assassinato de três pessoas em 1994, após a equipe responsável pela execução tentar, sem sucesso, durante mais de uma hora, inserir um acesso venoso para a administração de pentobarbital.

CONFLITO

Afeganistão afirma que ataques aéreos do Paquistão mataram 9

O Paquistão realizou ataques aéreos durante a madrugada em duas províncias do Afeganistão, informaram os dois países ontem Segundo o governo Talibã, os bombardeios atingiram casas civis, mataram nove mulheres e crianças e feriram outros 11 civis. Já Islamabad afirmou ter atingido apenas esconderijos de militantes e disse que "relatos iniciais sugerem" a morte de 22 combatentes. As alegações de vítimas de ambos os lados não puderam ser verificadas de forma independente. De acordo com o porta-voz do governo Talibã, Zabihullah

Mujahid, os ataques ocorreram na província de Helmand, no sul, e em Kunar, no leste, destruindo três casas. "Condenamos este ato e o consideramos um ato de agressão e um crime que viola todos os princípios universalmente aceitos", declarou. O Ministério da Informação do Paquistão disse que as operações foram "bem planejadas e calibradas", conduzidas com "precisão e exatidão" contra esconderijos e acampamentos de militantes. Afirmou ainda que grandes quantidades de armas e munições foram encontradas nos locais e destruídas.

PRESSÃO DOS EUA

Bolívia prende procurador que investigava argentino golpista

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Autoridades bolivianas prenderam, na noite de quarta-feira passada, o procurador-geral da República do país, Roger Mariaca. Ele atuava em investigação contra o operador digital argentino Fernando Cerimedo, que é acusado de tentativa de feminicídio, enriquecimento ilícito e tráfico de drogas. Ex-assessor dos presidentes da Bolívia, Rodrigo Paz, e da Argentina, Javier Milei, Cerimedo é ligado a grupos de direita na América Latina apoiados por Donald Trump. Ele também é próximo da família Bolsonaro e ficou conhecido no Brasil em 2022, quando participou da campanha para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro. Além do chefe do Ministério Público da Bolívia, a polícia prendeu, até a manhã desta quinta-feira (1º), outras 13 autoridades do país sob acusações de tráfico de drogas e organização criminosa, incluindo o ex-ministro do governo anterior, Eduardo Del Castillo, e o procurador do departamento de Santa Cruz, Alberto Zeballos. Zeballos e Mariaca estavam na lista de bolivianos que tiveram os vistos para entrada nos Estados Unidos (EUA) revogados pela administração de Donald Trump, na última segunda-feira. Ambos foram acusados por Washington de corrupção ou narcotráfico, sem que fossem apresentadas provas. Após as prisões, uma transmissão online ao vivo pelas redes sociais do Ministério Público boliviano denunciou o "sequestro" de Mariaca e Zeballos sem mandato judicial. "O procurador-geral do Estado foi retido no Aeroporto de Viru Viru de maneira informal, sem qualquer documento ou ordem de prisão que pudesse esclarecer a razão dessas ações policiais ilegais que vêm ocorrendo em nosso país", informou uma servidora não identificada em meio a policiais mascarados. **ACUSAÇÕES** O ministro do governo boliviano de Rodrigo Paz, Marco Antonio Oviedo, acusou o procurador-geral Roger Mariaca de liderar uma organização crimi-

nosa ligado ao tráfico de drogas. "Foi desmantelada uma organização criminoso infiltrada no sistema de Justiça e na administração de uma instituição muito importante do nosso país — o Ministério Público —, a qual, sob a liderança de Roger Mariaca, transformou-se em uma organização criminoso voltada a proteger e incentivar o narcoterrorismo no país", informou. O ministro ainda divulgou imagens de policiais retirando diversos pacotes com dinheiro de um fundo falso de um veículo apontado como tendo relação com a residência de Mariaca. Oviedo ainda vinculou o grupo aos protestos que paralisaram a Bolívia por mais de 50 dias entre maio e junho deste ano que pediam a renúncia de Paz.

NOMEADO

O procurador Roger Mariaca foi eleito pelo parlamento boliviano, em 2024, durante o governo de esquerda de Luiz Arce. Ele deveria cumprir um mandato de seis anos. Após as acusações do governo Trump contra ele, o Congresso da Bolívia convocou uma sessão para o próximo dia 5 de outubro para discutir a situação do Ministério Público. Após ter o visto cancelado pelos EUA, o então procurador-geral Roger Mariaca sugeriu que a medida era uma retaliação pelas investigações que conduz, em especial, do caso Cerimedo. "Sabemos também que algumas investigações têm implicações que transcendem as fronteiras nacionais. O caso denominado Cerimedo, por exemplo, gerou preocupações e repercussões em diferentes âmbitos políticos", afirmou o procurador agora preso. A defesa de Cerimedo nega as acusações alegando que o cliente é vítima de uma armação política. O operador digital de lideranças latino-americanas foi apontado pela revista inglesa *The Economist* como "o homem do Maga na América Latina", em alusão ao slogan político do presidente Donald Trump, Make America Great Again (Faça a América Grande de Novo). **MOTIVAÇÃO POLÍTICA** Especialista em política dos EUA para América Latina, a pro-

fessora em relações internacionais Camila Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacou à Agência Brasil que a ação contra as autoridades bolivianas, com o apoio do governo dos EUA, teve objetivo político. "De modo geral, o combate às drogas por parte dos EUA na América Latina é e sempre foi político. Você ter a retirada de visto de um procurador que, coincidentemente, estava justamente analisando toda a rede da extrema-direita na região nos indica muito sobre a dimensão política desse tipo de ação dos EUA", disse. Ela acrescentou que o interesse dos EUA nunca foi de combater o narcotráfico na região. "Os EUA hoje vivem uma epidemia absurda de opioides que, até pouco tempo atrás, foi mais promovida por empresas farmacêuticas estadunidenses. Portanto, o objetivo não é combater o tráfico, é desestabilizar forças contrárias aos interesses econômicos, simbólicos e estratégicos dos EUA na América Latina", acrescentou Vidal. O especialista em política boliviana, professor Salvador Schavelzon, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ponderou que não tem elementos para avaliar a legalidade da operação boliviana, ou dos supostos indícios contra Mariaca. Entretanto, lembra que o narcotráfico no país estaria infiltrado em diversas instituições. "O Poder, ao mesmo tempo, está conectado com o narcotráfico e joga na tentativa de se mostrar na luta contra o mesmo. Isso é uma constante desde a década de 1970 em áreas como o Poder Judiciário, alfândega, poder político e poder policial. O narcotráfico percorre a sociedade com todos os setores", comentou Schavelzon. **MIRA DOS EUA** Ao anunciar a restrição aos vistos de autoridades da Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, o governo Trump informou que a ação teve o objetivo de apoiar os aliados da Casa Branca. "O Departamento de Estado está tomando medidas imediatas para impor restrições de visto sob esta política, em apoio aos demais participantes do Es-

cudo das Américas", diz documento desta semana. O Escudo das Américas, liderado pelo governo Trump, reúne 14 países latino-americanos, tendo sido criado para, supostamente, combater os cartéis. Por outro lado, especialistas apontam interesse econômico na iniciativa para barrar a influência da China na região. Questionado se a operação contra o procurador-geral nomeado no governo anterior teve participação dos EUA, o ministro do atual governo, Marco Antonio Oviedo, disse que a ação foi conduzida pela política local, mas com apoio de outros países. "Devo agradecer pela cooperação do governo americano que, por meio das suas agências, cooperam na luta contra o narcoterrorismo. O mesmo com os países da União Europeia e o mesmo com os países vizinhos com os quais temos fronteiras", respondeu.

CASO CERIMEDO

O operador digital de líderes da direita latino-americana, o argentino Fernando Cerimedo, foi preso na Bolívia, em agosto deste ano, acusado de tentativa de feminicídio contra a ex-companheira Nadia Beller, sendo investigado também por tráfico de drogas e enriquecimento ilícito. No Brasil, o argentino se tornou conhecido em 2022 por ter participado de transmissão ao vivo na internet, na qual sustentava, sem provas, que o resultado das eleições presidenciais no Brasil tinha sido fraudado. Em fevereiro de 2026, o marketplace digital ganhou o prêmio de "consultor político hispânico do ano", da organização Latino Wall Street, em cerimônia realizada na residência do presidente dos EUA, Donald Trump, em Mar-a-Lago, na Flórida. Cerimedo recebeu o prêmio das mãos do ex-deputado Eduardo Bolsonaro, condenado por coação no curso de processo judicial por ter articulado, junto à Casa Branca, o tarifaço contra o Brasil para evitar o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante as investigações contra Cerimedo, foi encontrada uma "fazenda de cliques" em um endereço ligado ao argentino, na Bolívia, usada para mobilizar robôs nas redes sociais

REINO UNIDO

UKMTO diz que petroleiro foi atingido por projétil desconhecido

THAIS PORSCHE/AE

O Centro de Operações de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMTO, na sigla em inglês) afirmou nesta quinta-feira que um petroleiro foi atingido por um projétil desconhecido enquanto transitava pelo Estre-

ito de Ormuz, resultando em um incêndio. A situação da tripulação foi relatada como segura, mas a avaliação dos danos e o impacto ambiental são desconhecidos até o momento, frisou o UKMTO. "Os navios são aconselhados a transitar com cautela e a

relatar qualquer atividade suspeita ao UKMTO, enquanto as autoridades investigam o incidente", acrescentou. Em paralelo, a agência de notícias *Fars* informou, citando fontes locais, que um supetroleiro com capacidade de 2,5 milhões de barris foi

atingido enquanto viajava por uma rota não autorizada em Ormuz. A embarcação foi atingida a cerca de 8 quilômetros da costa de Omã e ficou em chamas. Ainda não está claro se o relato do UKMTO e da *Fars* são da mesma embarcação.

GUERRA

Reino Unido impõe 31 novas sanções à Rússia e mira frota sombra de GNL

SERGIO CALDAS/AE

O Reino Unido anunciou ontem um pacote de 31 novas sanções contra a Rússia, com o objetivo de restringir receitas que, de acordo com Londres, financiam o esforço de guerra do presidente Vladimir Putin na Ucrânia, além de atingir redes de desinformação e responsáveis por abusos em áreas ucranianas

ocupadas. Segundo o governo britânico, as medidas atingem 23 indivíduos e entidades e oito embarcações. Entre os alvos estão navios ligados à chamada "frota sombra", que buscaria contornar sanções para sustentar receitas de exportação de gás natural liquefeito (GNL), além de operadores acusados de disseminar propaganda pró-Kremlin.

O pacote também inclui sanções contra pessoas apontadas como envolvidas em detenções arbitrárias, tortura e maus-tratos de civis ucranianos, e contra indivíduos associados à doutrinação e militarização de crianças ucranianas, inclusive deportadas, segundo o comunicado. O ministro britânico para a Europa, Lord Wood of Anfield, afirmou que as medidas miram

"as receitas que sustentam a agressão russa" e "perpetradores de crimes" contra civis ucranianos. O Reino Unido disse ainda que ampliou, de forma direcionada e por tempo limitado, licenças relacionadas a GNL para apoiar a segurança energética do Japão e da Coreia do Sul na transição para reduzir a dependência da energia russa. EUA.9